



RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

BASILEIA II - PILAR 3

JUN/2013

Banco **PAN**

Índice.....	2
1. Sumário Executivo.....	3
1.1 Introdução.....	3
1.2 Política de divulgação das informações.....	3
2. Processo de Gerenciamento de Riscos.....	4
2.1 Objetivos e Estratégias.....	4
2.2 Estrutura de Gestão de Riscos.....	4
3. Gerenciamento de Riscos.....	6
3.1 Risco de Crédito.....	6
3.1.1 Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito.....	6
3.1.2 Ciclo do Crédito.....	7
3.1.2.1 Concessão.....	7
3.1.2.2 Gerenciamento de Risco de Crédito.....	8
3.1.2.3 Cobrança e Recuperação.....	8
3.1.3 Exposição ao Risco de Crédito.....	8
3.1.4 Cessão de Crédito e Operações com TVM oriundos de processo de Securitização....	13
3.1.5 Exposição ao Risco de Crédito de Contraparte.....	13
3.2 Risco de Mercado.....	16
3.2.1 Políticas e estratégias de Risco de Mercado.....	16
3.2.2 Determinação das carteiras (trading e banking).....	17
3.2.3 Ferramentas/Metodologias de análise.....	17
3.2.4 Exposição ao Risco de Mercado.....	18
3.3 Risco de Liquidez.....	20
3.3.1 Políticas e estratégias da Gestão de Risco de Liquidez.....	20
3.4 Controles Internos, Compliance e Riscos Operacionais.....	20
3.4.1 Políticas e estratégias da Gestão de Risco Operacional.....	22
3.4.2 Processo de Gerenciamento do Risco Operacional.....	22
4. Gestão do Capital.....	25
4.1 Patrimônio de Referência.....	25
4.2 Dívidas subordinadas por prazo de vencimento.....	26
4.3 Patrimônio de Referência Exigido (PRE).....	27
4.4 Índice de Basileia e Margem.....	28

1. Sumário Executivo

1.1 Introdução

O Banco Pan adota padrões de gestão de risco voltados ao constante aprimoramento de sua estrutura de gerenciamento, alinhado às exigências legais e às boas práticas do mercado.

O escopo do Novo Acordo de Capitais da Basileia (ou Basileia II) baseia-se em três pilares:

- Pilar I tem como principal objetivo garantir a solvência mínima das instituições financeiras. Define as condições e os métodos de mensuração das necessidades de capital regulatório relacionados aos riscos de crédito, mercado e operacional.
- Pilar II representa a importância do processo de revisão do gerenciamento de risco, do processo de auto-avaliação (ICAAP) e do planejamento da necessidade de capital das instituições financeiras. Requer a compreensão e o reconhecimento de riscos não considerados no Pilar I (liquidez, taxa de juros da carteira banking, concentração e reputação, entre outros) e prevê a utilização de metodologias avançadas na mensuração da exigência de capital.

Ele enfatiza ainda o processo de revisão executado pelo supervisor. A validação da supervisão baseia-se na consistência, solidez e adequação dos processos de gestão de riscos e controles internos (ambiente de gerenciamento de riscos). O supervisor avalia se as entidades mensuram adequadamente a necessidade de capital de acordo com o perfil de exposição a riscos, a fim de assegurar relação adequada entre risco incorrido e estrutura de capital.

- Pilar III incentiva a disciplina do mercado através do desenvolvimento de uma série de requisitos de divulgação de informações que permitam aos participantes do mercado inferir o grau de maturidade e adequação da estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de capital das instituições financeiras.

O relatório de gestão de riscos do Banco Pan busca atender às diretrizes do Pilar III de Basileia II, em consonância com a Circular BACEN 3.477/09.

1.2 Política de divulgação das informações

As informações presentes nesse relatório estão de acordo com a política de divulgação de informações do Banco Pan.

2. Processo de Gerenciamento de Riscos

2.1 Objetivos e Estratégias

A gestão de riscos é de fundamental importância para o crescimento sustentável de qualquer instituição na busca de constantes retornos em níveis de risco aceitáveis por todos os *stakeholders*. Dessa forma, a política de riscos precisa estar integrada a toda estrutura de governança da instituição para garantir o envolvimento e o monitoramento das exposições a riscos pela Alta Administração.

2.2 Estrutura de Gestão de Riscos

O Conselho de Administração representa a maior instância na estrutura de gestão do Banco, sendo subordinados a ele o Diretor Presidente e a estrutura de Auditoria. As diretorias, segmentadas por tipo de atividade e negócio, estão ligadas diretamente ao Diretor Presidente. Entre essas, está a Diretoria de Controladoria e Compliance, que possui a atribuição de gestão e controle de todos os riscos financeiros que a atividade bancária está sujeita.

A unidade responsável pelo gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é a Gerência Geral de Riscos Corporativos. O risco de crédito é administrado pela Gerência Geral de Risco de Crédito e o risco operacional, pela Gerência Executiva de Controles Internos, Compliance e Riscos Operacionais.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – CONTROLADORIA E COMPLIANCE



O Banco Pan adota as seguintes definições no gerenciamento de riscos:

- **Risco de Mercado**

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco. Essas flutuações podem ser advindas de variações de preços (ações e mercadorias), de taxas de juros, de índices de preço, de câmbio e/ou de volatilidade, as quais alteram o valor de mercado dos ativos e passivos possuídos pela instituição.

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na

classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

- **Risco Operacional**

Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

3. Gerenciamento de Riscos

3.1 Risco de Crédito

O risco de crédito da contraparte está relacionado ao não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações financeiras de títulos e valores mobiliários e de derivativos.

Na estrutura do Banco Pan, tanto na concessão de crédito como no gerenciamento dos riscos de crédito, a carteira é dividida nos segmentos **empresas** e **varejo**, sendo o primeiro composto por empréstimos e financiamentos a pessoas jurídicas e os demais a pessoas físicas (Crédito Direto ao Consumidor -CDC, Crédito Pessoal, Cartões de Crédito, Crédito Imobiliário e Consignado).

3.1.1 Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito

As unidades de crédito varejo e empresas têm como objetivos:

- Formular regras e procedimentos de concessão através da análise de dados históricos de operações performadas, utilizando informações demográficas, geográficas e comportamentais, adequando as regras e os procedimentos de acordo com as características próprias de cada modalidade de operação, estando sua implementação condicionada às decisões da Diretoria;
- Estabelecer alçadas de aprovação de crédito de acordo com os valores em risco envolvidos por cliente, sendo estas alçadas submetidas à aprovação da Diretoria; e
- Verificar a adequação da suficiência de garantias para a mitigação do risco de crédito das operações.

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Identificar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito de carteira; e
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada ao apetite a risco definido pela alta administração.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de crédito do Grupo.

3.1.2 Ciclo do Crédito

3.1.2.1 Concessão

O Banco Pan tem como premissa básica para a concessão de crédito, a análise capacidade de caixa da empresa ou de pagamento ou pessoa física. Adicionalmente, é observada a capacidade de acesso às linhas de crédito.

Em todos os casos, as garantias das operações são observadas como acessórias e, portanto, não sendo o principal motivo para concessão de crédito. O nível de garantias exigidas está relacionado ao risco do cliente e da operação. O processo de concessão de crédito está estruturado da seguinte forma para cada um dos principais segmentos de atuação, empresas e varejo:

I. Empresas

Nas operações com empresas, os clientes são avaliados atendendo aos princípios de seletividade e aderência do ramo de atividade à modalidade da operação proposta. O processo de concessão de crédito é suportado pelas informações fornecidas pelos clientes, relatórios de visitas do gerente comercial, bem como pelo cumprimento das exigências mínimas estabelecidas ou aquelas que são divulgadas pela Diretoria e/ou Banco Central do Brasil.

A classificação do rating do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e pesquisas no mercado financeiro, com clientes, fornecedores e concorrentes. Quando é caracterizado grupo econômico, é definida uma classificação para o grupo consolidado.

A partir do rating do cliente é definido um rating da operação, que leva em consideração as garantias envolvidas.

II. Varejo

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nos pontos de venda, pelos dados de bureaus de crédito, pela avaliação dos analistas de crédito e modelos de scoring automatizados, bem como pelo cumprimento das exigências internas definidas pela Diretoria e externas, pelo Banco Central do Brasil.

III. Crédito Imobiliário

As aprovações de uma operação levam em conta, principalmente, a verificação da capacidade de pagamento dos clientes pessoas físicas, e no caso de pessoas jurídicas, principalmente, as condições e a viabilidade do empreendimento objeto da operação, bem como as garantias oferecidas. A viabilidade de um empreendimento é constatada por um estudo, desenvolvido por empresa especializada, sendo que as liberações são realizadas de acordo com o cronograma da obra, sempre através do reembolso do percentual já executado. A formalização interna para as liberações de recursos é aprovada pelo diretor responsável pela operação, ou na ausência deste, por um diretor estatutário.

São realizados controles e acompanhamentos dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores.

3.1.2.2 Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação, é necessário o gerenciamento de risco de crédito das carteiras de produtos, segmentos e unidades do Banco, visando analisar o comportamento de pagamento das operações.

O gerenciamento de risco de crédito é composto por políticas e estratégias de gestão das exposições, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição em níveis aceitáveis pela instituição.

3.1.2.3 Cobrança e Recuperação

A área de Cobrança tem como objetivo executar as atividades de cobrança dentro dos critérios e prazos estabelecidos, em conformidade com as determinações legais e normas internas aplicáveis, visando a excelência nos trabalhos de recuperação dos saldos devedores de clientes inadimplentes, seguindo princípios de ética, discrição e eficiência em suas ações.

A área também é responsável pela recuperação, controle e realização de garantias, além de promover um acompanhamento comportamental de toda a carteira de recebíveis em situação de inadimplemento, fornecendo à Alta Administração os diversos indicadores e subsidiando a tomada de decisões.

3.1.3 Exposição ao Risco de Crédito

A seguir demonstramos a exposição ao risco de crédito, segmentada por Fator de Ponderação de Riscos (FPR):

R\$ Milhares

Exigência de Capital - Conglomerado Financeiro			
Fatores de Ponderação (%)	dez/12	mar/13	jun/13
20%	6.733	12.912	6.698
35%	71.311	59.587	69.234
50%	351.140	259.156	347.356
75%	6.836.381	7.656.707	8.225.964
100%	5.072.151	4.620.887	4.759.413
150%	44.739	249.586	310.878
300%	1.754.994	1.421.739	1.398.101
TOTAL	14.137.449	14.280.575	15.117.644
MÉDIA TRIMESTRAL	14.050.796	14.302.750	14.778.900

Obs: referente ao CADOC 4040

R\$ Milhares

Exigência de Capital - Consolidado Econômico Financeiro			
Fatores de Ponderação (%)	dez/12	mar/13	jun/13
20%	7.216	17.517	8.011
35%	71.311	59.587	69.234
50%	602.227	429.687	444.577
75%	6.841.177	7.662.006	8.258.173
100%	4.457.246	3.950.717	4.292.213
150%	44.739	249.586	310.878
300%	1.677.420	1.343.998	1.322.142
TOTAL	13.701.335	13.713.099	14.705.228
MÉDIA TRIMESTRAL	13.615.236	13.772.853	14.261.165

Obs: referente ao CADOC 4050

Os valores das exposições apresentadas são posteriores à aplicação dos respectivos fatores de ponderação e dos fatores de conversão de crédito.

A tabela a seguir apresenta a distribuição das operações de crédito por região geográfica:

R\$ Milhares

BANCO						
Risco por Região	dez/12		mar/13		jun/13	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Sul	802.312	8,40%	836.916	8,24%	911.826	7,88%
Sudeste	6.621.664	69,36%	7.082.307	69,70%	8.229.157	71,09%
Centro - Oeste	683.827	7,16%	698.638	6,88%	751.532	6,49%
Nordeste	1.054.257	11,04%	1.141.400	11,23%	1.233.972	10,66%
Norte	384.787	4,03%	402.408	3,96%	448.493	3,87%
Total	9.546.847	100,00%	10.161.669	100,00%	11.574.980	100,00%

R\$ Milhares

CONSOLIDADO						
Risco por Região	dez/12		mar/13		jun/13	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Sul	1.186.616	9,44%	1.196.977	9,20%	1.209.490	8,68%
Sudeste	8.229.797	65,49%	8.601.851	66,14%	9.506.515	68,24%
Centro - Oeste	965.783	7,69%	946.689	7,28%	961.856	6,90%
Nordeste	1.571.402	12,50%	1.631.166	12,54%	1.626.703	11,68%
Norte	613.461	4,88%	628.878	4,84%	626.863	4,50%
Total	12.567.059	100,00%	13.005.562	100,00%	13.931.428	100,00%

As operações de crédito por setor econômico estão distribuídas conforme o quadro abaixo:

R\$ Milhares

BANCO						
Setor de Atividade	dez/12		dez/12		jun/13	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	7.764.313	81,33%	8.130.624	80,02%	9.211.693	79,57%
Agroindústria	179.354	1,88%	210.768	2,07%	320.485	2,77%
Açúcar e Etanol	77.914	0,82%	61.188	0,60%	88.885	0,77%
Agronegócio e Proteína Animal	101.440	1,06%	149.580	1,47%	231.600	2,00%
Comércio	954.042	9,99%	995.230	9,79%	1.004.130	8,68%
Atacado e Varejo	954.042	9,99%	995.230	9,79%	1.004.130	8,68%
Indústrias de Base	139.974	1,47%	210.095	2,07%	286.779	2,48%
Autopeças	2.096	0,02%	1.079	0,01%	182	-
Indústria Química	40.116	0,42%	44.011	0,43%	27.037	0,23%
Óleo e Gás	-	0,00%	23	-	22	-
Outras Indústrias	80.972	0,85%	150.954	1,49%	211.371	1,83%
Papel e Celulose	6.713	0,07%	1.679	0,02%	38.201	0,33%
Têxtil	10.077	0,11%	12.349	0,12%	9.966	0,09%
Serviços	509.164	5,33%	614.952	6,05%	751.893	6,50%
Construção e Incorporação	179.789	1,87%	235.398	2,31%	283.937	2,45%
Financeiros	66.652	0,70%	79.915	0,79%	65.757	0,57%
Locação de Veículos	10.178	0,11%	9.951	0,10%	8.224	0,07%
Mídia, TI e Telecom	22.159	0,23%	14.554	0,14%	18.551	0,16%
Outros Serviços	173.367	1,82%	215.044	2,12%	264.440	2,28%
Saúde, Segurança e Educação	103	0,00%	749	0,01%	724	0,01%
Transporte e Logística	9.097	0,10%	19.342	0,19%	72.992	0,64%
Utilitários	47.819	0,50%	39.999	0,39%	37.268	0,32%
Total	9.546.847	100,00%	10.161.669	100,00%	11.574.980	100,00%

R\$ Milhares

CONSOLIDADO						
Setor de Atividade	dez/12		mar/13		jun/13	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	9.925.787	78,98%	10.133.474	77,92%	10.697.816	76,79%
Agroindústria	179.354	1,43%	210.768	1,62%	320.485	2,30%
Açúcar e Etanol	77.914	0,62%	61.188	0,47%	88.885	0,64%
Agronegócio e Proteína Animal	101.440	0,81%	149.580	1,15%	231.600	1,66%
Comércio	1.020.938	8,12%	1.026.045	7,89%	1.032.341	7,41%
Atacado e Varejo	1.020.938	8,12%	1.026.045	7,89%	1.032.341	7,41%
Indústrias de Base	139.974	1,11%	210.095	1,61%	286.779	2,06%
Autopeças	2.096	0,02%	1.079	-	182	-
Indústria Química	40.116	0,32%	44.011	0,34%	27.037	0,20%
Óleo e Gás	-	0,00%	23	-	22	-
Outras Indústrias	80.972	0,64%	150.954	1,16%	211.371	1,52%
Papel e Celulose	6.713	0,05%	1.679	0,01%	38.201	0,27%
Têxtil	10.077	0,08%	12.349	0,10%	9.966	0,07%
Serviços	1.301.006	10,36%	1.425.180	10,96%	1.594.007	11,44%
Construção e Incorporação	971.631	7,74%	1.045.626	8,04%	1.126.051	8,08%
Financeiros	66.652	0,53%	79.915	0,62%	65.757	0,47%
Locação de Veículos	10.178	0,08%	9.951	0,08%	8.224	0,06%
Mídia, TI e Telecom	22.159	0,18%	14.554	0,11%	18.551	0,13%
Outros Serviços	173.367	1,38%	215.044	1,65%	264.440	1,90%
Saúde, Segurança e Educação	103	0,00%	749	-	724	-
Transporte e Logística	9.097	0,07%	19.342	0,15%	72.992	0,53%
Utilitários	47.819	0,38%	39.999	0,31%	37.268	0,27%
Total	12.567.059	100,00%	13.005.562	100,00%	13.931.428	100,00%

As tabelas a seguir mostram a representatividade dos maiores tomadores de crédito:

R\$ Milhares

BANCO						
Maiores Devedores	dez/12		mar/13		jun/13	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
10 Maiores Devedores	232.068	2,43%	271.206	2,67%	287.748	2,49%
50 Seguintes Maiores Devedores	622.140	6,52%	689.718	6,79%	738.793	6,38%
100 Seguintes Maiores Devedores	705.383	7,39%	750.175	7,38%	840.302	7,26%
Demais Devedores	7.987.256	83,66%	8.450.570	83,16%	9.708.137	83,87%
Total	9.546.847	100,00%	10.161.669	100,00%	11.574.980	100,00%

R\$ Milhares

CONSOLIDADO						
Maiores Devedores	dez/12		mar/13		jun/13	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
10 Maiores Devedores	294.565	2,34%	333.206	2,56%	336.637	2,42%
50 Seguintes Maiores Devedores	742.980	5,91%	800.680	6,16%	854.975	6,14%
100 Seguintes Maiores Devedores	850.136	6,76%	896.469	6,89%	992.874	7,13%
Demais Devedores	10.679.378	84,99%	10.975.207	84,39%	11.746.942	84,31%
Total	12.567.059	100,00%	13.005.562	100,00%	13.931.428	100,00%

O saldo da provisão para devedores duvidosos é detalhado abaixo tanto para o Banco quanto para o Consolidado:

R\$ Milhares

BANCO						
Nível	dez/12		mar/13		jun/13	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA						
A	6.487.401	32.437	6.717.264	33.586	7.655.879	38.280
B	1.334.673	13.347	1.629.168	16.292	1.846.087	18.461
C	561.285	16.838	624.883	18.746	773.956	23.219
D	192.472	19.247	209.940	20.994	251.808	25.181
E	156.485	46.946	140.388	43.189	163.328	48.998
F	127.541	63.771	137.157	70.574	135.816	67.908
G	159.779	111.845	135.329	95.353	141.660	99.162
H	527.211	527.211	567.540	567.540	606.446	606.446
Total	9.546.847	831.642	10.161.669	866.274	11.574.980	927.655
% sobre risco	8,71%		8,52%		8,01%	

R\$ Milhares

CONSOLIDADO						
Nível	dez/12		mar/13		jun/13	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA	643.591	-	599.649	-	587.237	-
A	7.840.983	45.369	7.863.611	40.887	8.554.139	42.770
B	1.446.680	24.498	1.770.365	18.091	1.967.113	19.671
C	686.477	30.696	765.101	24.105	898.033	26.941
D	292.962	45.292	312.555	34.064	353.410	35.341
E	220.020	66.557	185.155	60.296	203.525	61.058
F	163.115	84.772	175.696	95.118	181.208	90.604
G	198.826	139.774	166.869	123.475	167.912	117.538
H	1.074.405	1.074.405	1.166.561	1.166.561	1.018.851	1.018.851
Total	12.567.059	1.511.363	13.005.562	1.562.597	13.931.428	1.412.774
% sobre risco	12,03%		12,01%		10,14%	

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é detalhada a seguir:

R\$ Milhares

jun/13						CONSOLIDADO				
Nível	BANCO					Operações de Crédito	PDD Adicional	Cessões de Crédito	Outros Créditos	Total
	Operações de Crédito	PDD Adicional	Cessões de Crédito	Outros Créditos	Total					
Saldo do início do semestre	866.274	2.800	207.395	17.085	1.093.554	1.562.597	3.079	207.395	18.113	1.791.184
- Saldo oriundo de créditos que retornaram para a carteira do banco	218.920	-	-	-	218.920	218.920	-	-	-	218.920
- Saldos de empresas adquiridas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Provisão constituída	199.246	11.200	(22.179)	7.626	195.893	228.528	11.069	(22.179)	7.951	225.369
- Baixas contra a provisão	(356.785)	-	-	-	(356.785)	(597.271)	-	-	-	(597.271)
Total	927.655	14.000	185.216	24.711	1.151.582	1.412.774	14.148	185.216	26.064	1.638.202

R\$ Milhares

mar/13						CONSOLIDADO				
Nível	BANCO					Operações de Crédito	PDD Adicional	Cessões de Crédito	Outros Créditos	Total
	Operações de Crédito	PDD Adicional	Cessões de Crédito	Outros Créditos	Total					
Saldo do início do semestre	831.642	-	217.137	15.193	1.063.972	1.511.364	431	217.137	15.933	1.744.865
- Saldo oriundo de créditos que retornaram para a carteira do banco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Saldos de empresas adquiridas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Provisão constituída	270.772	2.800	(9.742)	1.892	265.722	312.660	2.648	(9.742)	2.180	307.746
- Baixas contra a provisão	(236.140)	-	-	-	(236.140)	(261.427)	-	-	-	(261.427)
Total	866.274	2.800	207.395	17.085	1.093.554	1.562.597	3.079	207.395	18.113	1.791.184

R\$ Milhares

dez/12						CONSOLIDADO				
Nível	BANCO					Operações de Crédito	PDD Adicional	Cessões de Crédito	Outros Créditos	Total
	Operações de Crédito	PDD Adicional	Cessões de Crédito	Outros Créditos	Total					
Saldo do início do semestre	665.377	53.893	166.116	12.685	898.071	1.096.202	53.893	166.116	12.685	1.328.896
- Saldo oriundo de créditos que retornaram para a carteira do banco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Saldos de empresas adquiridas	-	-	-	-	-	29.150	8.088	-	740	37.978
- Provisão constituída	1.229.365	(53.893)	51.021	2.508	1.229.001	1.556.930	(61.550)	51.021	2.508	1.548.909
- Baixas contra a provisão	(1.063.100)	-	-	-	(1.063.100)	(1.170.919)	-	-	-	(1.170.919)
Total	831.642	-	217.137	15.193	1.063.972	1.511.363	431	217.137	15.933	1.744.864

- **Atraso** - A seguir apresentamos o montante de operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações baixadas para prejuízo, segregado por faixas de atraso:

R\$ Milhares

BANCO						
Faixa de Atraso	dez/12		mar/13		jun/13	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 60 dias	1.320.153	51,41%	1.470.465	53,23%	1.543.770	52,79%
De 61 a 90 dias	177.640	6,92%	207.020	7,49%	235.969	8,07%
De 91 a 180 dias	337.467	13,14%	358.213	12,97%	389.563	13,32%
Maior 180 dias	732.666	28,53%	726.639	26,31%	755.032	25,82%
Total	2.567.926	100,00%	2.762.337	100,00%	2.924.334	100,00%

R\$ Milhares

CONSOLIDADO						
Faixa de Atraso	dez/12		mar/13		jun/13	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 60 dias	1.774.563	51,39%	1.966.602	54,32%	1.943.200	53,02%
De 61 a 90 dias	259.343	7,51%	272.156	7,52%	323.752	8,83%
De 91 a 180 dias	470.263	13,62%	462.516	12,77%	504.622	13,77%
Maior 180 dias	949.170	27,49%	919.425	25,39%	893.711	24,38%
Total	3.453.339	100,00%	3.620.699	100,00%	3.665.284	100,00%

3.1.4 Cessão de Crédito e Operações com TVM oriundos de processo de Securitização

A cessão de crédito é um acordo bilateral pelo qual uma instituição financeira transfere à outra seus direitos de recebimento. O saldo das exposições cedidas com e sem coobrigação, no momento da cessão, acumulado de setembro a dezembro de 2012, de dezembro a março e de março a junho de 2013, é apresentado a seguir.

R\$ Milhares

BANCO						
Tipo de Cessão	dez/12		mar/13		jun/13	
	Valor Cessão	Valor Presente	Valor Cessão	Valor Presente	Valor Cessão	Valor Presente
Com Coobrigação						
Crédito direto ao consumidor	-	-	-	-	-	-
SubTotal	-	-	-	-	-	-
Sem Coobrigação						
Crédito direto ao consumidor	1.970.263	1.678.747	638.899	586.521	1.052.568	956.528
Empréstimo em consignação	581.646	420.153	856.271	667.514	628.882	502.445
Conta garantida e capital de giro	-	-	-	-	-	-
Financiamentos habitacionais	247.000	185.074	28.678	20.145	23.834	19.070
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	8.495	6.398	2.554	1.716	604	633
Empréstimos com garantia imobiliária	456.823	344.434	162.594	118.017	162.594	88.511
SubTotal	3.264.227	2.634.806	1.688.996	1.393.913	1.868.482	1.567.187
Total	3.264.227	2.634.806	1.688.996	1.393.913	1.868.482	1.567.187

R\$ Milhares

CONSOLIDADO						
Tipo de Cessão	dez/12		mar/13		jun/13	
	Valor Cessão	Valor Presente	Valor Cessão	Valor Presente	Valor Cessão	Valor Presente
Com Coobrigação						
Crédito direto ao consumidor	-	-	-	-	-	-
SubTotal	-	-	-	-	-	-
Sem Coobrigação						
Crédito direto ao consumidor	1.970.263	1.678.747	638.899	586.521	1.052.568	956.528
Empréstimo em consignação	581.646	420.153	856.271	667.514	628.882	502.445
Conta garantida e capital de giro	-	-	-	-	-	-
Financiamentos habitacionais	247.000	177.222	28.835	19.396	23.681	17.645
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	8.495	6.147	2.590	1.663	570	556
Empréstimos com garantia imobiliária	456.823	331.106	162.402	113.091	114.138	81.990
SubTotal	3.264.227	2.613.375	1.688.997	1.388.185	1.819.839	1.559.164
Total	3.264.227	2.613.375	1.688.997	1.388.185	1.819.839	1.559.164

3.1.5 Exposição ao Risco de Crédito de Contraparte

As informações de exposições ao risco de crédito de contraparte do Banco Pan são referentes às datas-base de 31 de dezembro de 2012, 28 de março e 28 de junho de 2013.

Segue abaixo o valor notional dos contratos sujeitos a risco de crédito de contraparte, que estão registrados na CETIP S.A. (Swap) e SELIC (Compromissadas), sendo que a câmara de compensação não atua como contraparte central:

R\$ Milhares

Instrumentos Financeiros	Notional		
	dez/12	mar/13	jun/13
Nocional sem contraparte central	3.196.789	4.043.802	5.203.205
Swap - Total	1.776.042	1.772.577	1.784.193
Swap - Dólar x CDI	1.541.419	1.525.268	1.519.660
Swap - Libor x IGPM	77.507	77.507	-
Swap - Libor x CDI	128.200	128.200	128.200
Swap - Pré x CDI	-	-	-
Swap - Dólar x Pré	-	-	-
Swap - Dólar x SELIC	-	-	-
Swap - CDI x Dólar	22.500	36.060	131.666
Swap - CDI x IGPM	6.417	5.542	4.667
Compromissadas	1.420.747	2.271.226	3.419.012
Compra com Revenda	330.522	1.045.820	2.093.833
Venda com Recompra	1.090.225	1.225.406	1.325.179

O valor positivo bruto dos contratos, desconsiderando os acordos de compensação, é detalhado a seguir:

R\$ Milhares

Instrumentos Financeiros	Valor MtM		
	dez/12	mar/13	jun/13
Valor Positivo Bruto	1.639.089	2.429.516	3.688.909
Swap - Total	205.335	146.735	256.372
Swap - Dólar x CDI	204.998	145.683	249.824
Swap - Libor x IGPM	-	-	-
Swap - Libor x CDI	-	-	6.507
Swap - Pré x CDI	-	-	-
Swap - CDI x Dólar	337	1.052	41
Swap - CDI x IGPM	-	-	-
Compromissadas	1.433.754	2.282.782	3.432.537
Compra com Revenda	334.856	1.049.202	2.098.035
Venda com Recompra	1.098.899	1.233.579	1.334.503

O valor das garantias que atendem cumulativamente aos seguintes requisitos é apresentado abaixo:

- Sejam mantidas ou custodiadas na própria instituição;

- Tenham por finalidade exclusiva a constituição de garantia para as operações a que se vinculem;
- Estejam sujeitas à movimentação, exclusivamente, por ordem da instituição depositária;
- Estejam imediatamente disponíveis para a instituição depositária no caso de inadimplência do devedor ou de necessidade de sua realização.

R\$ Milhares

Instrumentos Financeiros	Valor MtM		
	dez/12	mar/13	jun/13
Garantias - Risco de Contraparte	1.594.159	994.517	3.553.025
Swap - Total	128.485	128.485	128.389
Swap - Dólar x CDI	128.485	128.485	128.389
Swap - Libor x IGPM	-	-	-
Swap - Libor x CDI	-	-	-
Swap - Pré x CDI	-	-	-
Swap - CDI x Dólar	-	-	-
Swap - CDI x IGPM	-	-	-
Compromissadas	1.465.674	866.032	3.424.636
Compra com Revenda	347.175	-	2.078.392
Venda com Recompra	1.118.500	866.032	1.346.243

A exposição global líquida, considerando os efeitos das garantias, é apresentada na tabela a seguir:

R\$ Milhares

Instrumentos Financeiros	Valor MtM		
	dez/12	mar/13	jun/13
Exposição Global Líquida	76.850	1.434.999	147.625
Swap - Total	76.850	18.250	127.982
Swap - Dólar x CDI	76.513	17.198	121.435
Swap - Libor x IGPM	-	-	-
Swap - Libor x CDI	-	-	6.507
Swap - Pré x CDI	-	-	-
Swap - CDI x Dólar	337	1.052	41
Swap - CDI x IGPM	-	-	-
Compromissadas	-	1.416.749	19.642
Compra com Revenda	-	1.049.202	19.642
Venda com Recompra	-	367.547	-

3.2 Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como aquele decorrente do impacto de movimento de taxas de juros, preços de ações, taxas de câmbio, e spreads de crédito (não relacionados às alterações da classificação do crédito do credor/emissor) sobre os preços de mercado, valor dos instrumentos financeiros e/ou no resultado da instituição. A gestão do risco de mercado visa manter as exposições a esse risco dentro dos limites estabelecidos.

3.2.1 Políticas e estratégias de Risco de Mercado

A instância maior de gestão de riscos no Banco Pan é o Conselho de Administração a quem subordina-se toda a diretoria e, em especial, as Diretorias de Tesouraria, Captação e Seguros e a Diretoria de Controladoria e Compliance. Ainda ligados ao gerenciamento de riscos financeiros, há o Comitê de Tesouraria (ALM), que, tem como atribuições, entre outras, a análise de conjuntura econômica, limites operacionais, níveis mínimos de caixa, controle de exposições e gestão de descasamentos entre ativos e passivos. A aprovação de modelos e outras deliberações qualitativas e quantitativas são efetuadas no Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital. O monitoramento do risco de mercado abrange as exposições de todas as empresas do Conglomerado.

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado define os princípios, os valores e as responsabilidades na gestão desse risco. Além disso, cabe a área de riscos revisar e propor periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao contínuo melhoramento. Dessa forma, as principais diretrizes da política são:

- Cabe a área de Risco de Mercado:
 - Identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e comunicar o risco de mercado das operações ativas e passivas do Conglomerado;
 - Elaborar e propor, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado;
 - Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de mercado;
 - Desenvolver, encaminhar para aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e implementar modelos internos e regulatórios para mensuração da exposição ao risco de mercado do Conglomerado e para alocação de capital econômico e regulamentar para suportar esses riscos;
 - Propor alternativas de mitigação do risco de mercado em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações;
 - Identificar previamente o risco de mercado inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado.

A identificação, mensuração, avaliação e controle dos riscos são realizados a partir dos seguintes procedimentos e controles:

- Cálculo do VaR e testes de estresse.
- Análise de sensibilidade e influência nos resultados das variações de taxas, indexadores e preços (banking book);
- Gestão dos descasamentos dos fluxos em moedas, prazos e taxas; e
- Acompanhamento da efetividade dos derivativos financeiros utilizados na mitigação de risco de mercado (hedge de fluxo de caixa futuro de moeda estrangeira, por exemplo).

3.2.2 Determinação das carteiras (trading e banking)

De acordo com a Circular Bacen nº 3.354/07, o Banco divide sua exposição a risco de mercado entre carteiras *trading* e *banking*. A unidade responsável pelo risco corporativo monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de Classificação das Operações assumidas pelo Banco nas carteiras:

- **Trading book (carteira de negociação)**

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações de sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

- **Banking book (carteira de operações não classificadas na carteira de negociação)**

Composta por todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consiste em sua maioria pelas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização (operações de crédito) e seus eventuais *hedges*.

3.2.3 Ferramentas/Metodologias de análise

Value at Risk (VaR)

Trata-se de um método estatístico de controle para determinação de perdas máximas potenciais de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O método é utilizado para o cálculo das posições líquidas de ativos e passivos expostos a variação de taxas, preços e moedas.

O VaR utilizado pela área de risco de mercado é de 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo.

Cenários de Estresse

O Banco utiliza dois cenários de estresse para a determinação dos preços, taxas e volatilidades, um com manutenção e outro com quebra de premissas, que identificam o impacto na instituição e nos resultados do banco ao longo do tempo.

Também são realizados os cálculos de estresse de taxa de juros para operações do banking book, conforme determinado na Circular Bacen 3.365/07.

Rban

O Risco de taxas de juros da carteira banking é mensurado por meio de metodologia baseada na aplicação de choques nas curvas de mercado, sendo esses choques baseados nas piores variações verificadas em uma janela móvel de retornos históricos dos fatores de risco.

Gestão de risco - Informações regulatórias

Diariamente a área de risco de mercado calcula as parcelas de risco de mercado das operações do trading book que compõem o Patrimônio de Referência Exigido e envia as posições através do Demonstrativo Diário de Risco (DDR).

Mensalmente, também compete à área enviar as posições em risco por meio do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM) e do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO).

3.2.4 Exposição ao Risco de Mercado

Seguem abaixo as exposições ao risco de mercado nas datas-base de 31 de dezembro de 2012, 28 de março e 28 de junho de 2013:

- Carteira de negociação por fator de risco de mercado e segmentada entre posições compradas e vendidas:

R\$ Milhares

Exposição - Trading Book	Valor		
	dez/12	mar/13	jun/13
Total Comprado	6.716.329	2.464.679	3.056.477
Taxa de Juros - Prefixado	4.884.500	1.077.985	1.835.674
Taxa de Juros - Selic	1.150.833	1.129.925	994.582
Taxa de Juros - CDI	50.187	145.189	179.522
Taxa de Juros - IGPM	-	91.417	-
Taxa de Juros - IPCA	591.270	-	25.002
Taxa de Juros - TR	17.304	20.162	-
Preço das Ações	22.235	22.369	21.697
Total Vendido	1.675.435	1.551.082	1.477.591
Taxa de Juros - Prefixado	1.592.578	1.481.436	1.387.498
Taxa de Juros - CDI	79.349	67.325	61.467
Taxa de Juros - IPCA	-	-	25.509
Taxa de Juros - Selic	3.508	2.321	3.117

A carteira de negociação apresentou no fechamento do 2º trimestre de 2013 uma predominância no fator de risco prefixado, composto por operações de contratos futuros de curto prazo com intenção direcional. As posições remuneradas pela taxa SELIC são compostas exclusivamente por Letras Financeiras do Tesouro – LFT. Enquanto, as posições indexadas a inflação (IGPM) e TR representam os Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs que foram reclassificadas de *trading* para *banking* e já não aparecem na carteira de junho. Notas do Tesouro Nacional (série B) explicam a exposição no fator primitivo de risco IPCA.

- As exposições a derivativos mantidas pelo Banco Pan são compostas por operações de swap registradas na Cetip e contratos futuros negociados na BM&F Bovespa:

R\$ Milhares

Exposição em Instrumentos Financeiros Derivativos		Valor MtM		
	dez/12	mar/13	jun/13	
Total Comprado	8.048.016	4.589.852	5.124.971	
Cupom Cambial - Dólar Norte-Americano	2.297.356	2.227.411	2.469.303	
Taxa de Juros - Prefixado	4.879.071	1.188.166	528.561	
Taxa de Juros - CDI	794.122	969.347	1.898.733	
Cupom Cambial - Dólar Norte-Americano	207.029	204.928	228.374	
Total Vendido	7.832.860	4.339.148	4.868.112	
Taxa de Juros - CDI	6.501.246	2.056.970	2.311.878	
Taxa de Juros - Prefixado	834.947	983.889	1.870.442	
Cupom Cambial - Dólar Norte-Americano	425.706	1.225.524	680.220	
Cupom de IGPM	70.960	72.766	5.573	
Taxa de Juros - Selic	-	-	-	

- Capital Regulatório calculado para os fatores de risco separados por carteira:

R\$ Milhares

Exigência de Capital		Valor		
	dez/12	mar/13	jun/13	
VaR - Regulatório (Trading Book)	75.610	87.174	79.920	
P _{JUR} [1]	48.628	50.119	17.167	
P _{JUR} [2]	-	-	-	
P _{JUR} [3]	20.282	27.816	53.609	
P _{JUR} [4]	3.142	5.651	5.477	
P _{ACS}	3.558	3.589	3.667	
Banking Book/Risco de taxa de juros - R_{BAN}	27.063	8.188	77.023	
Taxa de Juros - Prefixado	10.333	75	28.723	
Taxa de Juros - TR	3.238	2.226	8.142	
Cupom de IPCA	2.711	896	27.080	
Cupom Cambial - Dólar Norte-Americano	7.003	3.137	1.118	
Cupom de IGPM	2.569	782	10.536	
Exposições inferiores a 5%	1.210	1.072	1.424	

A parcela referente ao Risco de Mercado da carteira *banking* - Rban - em 28 de junho de 2013 (R\$ 79.920 mil) aumentou em relação ao valor exigido em 28 de março deste mesmo ano (R\$ 8.188 mil). O aumento dos choques de mercado no modelo explica este incremento da exigência de capital.

3.3 Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

3.3.1 Políticas e estratégias da Gestão de Risco de Liquidez

A Gestão do Risco de Liquidez visa estruturar as necessidades de caixa de acordo com os fluxos de recebimentos e pagamentos previstos no curto e longo prazo, visando manter a liquidez necessária para cumprir suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas ou caracterizar situações que coloquem afetam sua imagem. A estratégia da Tesouraria privilegia a liquidez a partir da manutenção de uma carteira de ativos líquidos de curto prazo, na sua maioria composto de títulos, valores mobiliários e modalidades operacionais de curto prazo, empréstimos e adiantamentos para bancos e outros créditos interbancários, para assegurar que o Banco mantenha a liquidez necessária.

A Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez define os princípios, os valores e as responsabilidades na gestão desse risco. Além disso, cabe a área de riscos reavaliar periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao contínuo melhoramento.

De acordo com a Resolução CMN 2.804/00, a área de riscos de mercado e liquidez gera e analisa, diariamente, o fluxo de caixa da instituição em um horizonte de 90 dias. O relatório com a previsão do caixa é enviado diariamente para a mesa de operações e diretoria.

Adicionalmente, é produzido e analisado mensalmente, de acordo com a Circular BACEN 3.393/08, o Demonstrativo de Risco de Liquidez.

O Banco também realiza a análise de descasamento do ativo e passivo em moeda (volume), prazo e taxa, no qual é usado para a tomada de decisões de estruturação de hedges.

3.4 Controles Internos, Compliance e Riscos Operacionais

A Gerência Executiva de Controles Internos, Compliance e Riscos Operacionais tem a missão de promover as ações para a eficaz Gestão e o Controle dos Riscos Operacionais, de Compliance, de Lavagem de Dinheiro, de Continuidade de Negócios e de Imagem de todo o Conglomerado, bem como implementar e formalizar um Sistema de Controles Internos eficaz e eficiente, através do estabelecimento de cultura, de políticas, de diretrizes, de metodologias e de ferramentas capazes de identificar, avaliar, controlar, mitigar, monitorar e reportar os eventos de riscos e de perdas operacionais, contribuindo e proporcionando um ambiente mais seguro e estável, alinhado

com os objetivos e estratégias do Conglomerado, assim como, com as melhores práticas do mercado.

A Gerência Executiva de Controles Internos, Compliance e Riscos Operacionais é composta pelas seguintes Áreas:

Área	Objetivo
Controles Internos	Garantir a implementação efetiva e formalizada, por parte dos gestores, de controles internos em todas as áreas, processos, atividades, produtos e sistemas, de modo a prevenir, controlar e manter os riscos residuais compatíveis com o apetite ao risco existente em todos os níveis e empresas do Conglomerado.
Compliance	Assegurar que as empresas do Conglomerado estejam e atuem em conformidade com a legislação, as regulamentações, as políticas, as diretrizes internas e externas, as estratégias e o código de conduta ética.
PLD	Garantir a implementação de um sistema estratégico de prevenção à lavagem de dinheiro, com regras de monitoramento por produto, em conformidade com a legislação vigente, capaz de Identificar as operações suspeitas de lavagem de dinheiro e/ou que representem risco de imagem para o Conglomerado, e elaborar dossiês de Idoneidade de clientes, com foco em risco de Imagem e de lavagem de dinheiro (KYC), para segmento Empresas, Captação, operações do Varejo, recebíveis do SUS (Consignado) e Parceiros Correspondentes no País com notícias desabonadoras.
Riscos Operacionais	Garantir a implementação do processo de gerenciamento e controle dos Riscos Operacionais em todos os níveis e empresas do Conglomerado, através da aplicação de metodologias, critérios, ferramentas e procedimentos que permitam a identificação, a avaliação, o controle, o monitoramento, a mitigação e o reporte dos riscos e perdas operacionais.
GCN	Coordenar a implementação, junto aos gestores do Conglomerado, de Planos de Contingência e de Continuidade de Negócios que preservem a capacidade mínima de recursos e o tempo máximo de paralisação, para que as atividades críticas, necessárias para as empresas do Conglomerado, voltem a operar em condições mínimas aceitáveis, e limitem as perdas operacionais decorrentes de eventual interrupção parcial ou total das atividades.

Dentro do processo de contínuo aperfeiçoamento, as áreas de Controles Internos, Compliance, Riscos Operacionais e Prevenção a Lavagem de Dinheiro (PLD) promoveram formalizações e alterações em suas rotinas, buscando obter novas visões gerenciais sobre as atividades de controle e assim, definir ações para o aprimoramento do Sistema de Controles Internos.

O Conglomerado reconhece a importância e a necessidade estratégica de gerenciar adequadamente seus riscos operacionais e vem empenhando esforços e investimentos visando implementar medidas que permitam a adequada identificação, avaliação, controle, mitigação, monitoramento e reporte desses riscos, considerando as mudanças nos processos, sistemas, instalações e pessoas. Para isso, conta com uma estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais, denominada Gerência de Riscos Operacionais (RO) subordinada à Gerência Executiva de Controles Internos, Compliance e Riscos Operacionais.

Cabe à Gerência de Riscos Operacionais:

- Identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e comunicar o risco operacional em todas as atividades e processos de negócios e de suporte do Conglomerado;
- Elaborar e propor, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital a atualização da Política de Gerenciamento e Controle dos Riscos Operacionais;
- Propor e coordenar ações e alternativas de mitigação dos riscos operacionais, em conjunto com os gestores dos processos de negócios e de suporte;
- Identificar previamente o risco operacional inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles internos adotados pelo Conglomerado; e
- Disseminar a cultura proativa para o adequado e eficaz gerenciamento dos riscos operacionais no Conglomerado.

3.4.1 Políticas e estratégias da Gestão de Risco Operacional

Com o intuito de envolver todos os colaboradores do Conglomerado, por meio da Política de Gerenciamento e Controle dos Riscos Operacionais, da difusão da cultura de gerenciamento dos riscos e da formação e treinamento, a Gerência de RO considera uma atuação compartilhada no controle do risco operacional. Todos os funcionários e gestores responsáveis pelas áreas, processos de negócio e/ou de suporte, devem assegurar a conformidade de seus processos e reconhecer de forma oportuna e tempestiva a exposição aos riscos a que as atividades estão sujeitas para estabelecer, aplicar e gerenciar seus respectivos controles internos e planos de ação, objetivando mitigar e minimizar os riscos operacionais e corrigir as deficiências, respectivamente, adequando-os à complexidade, ao volume e às características das operações e serviços do Conglomerado.

3.4.2 Processo de Gerenciamento do Risco Operacional

O Conglomerado adota e define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções, em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Os riscos operacionais relacionam-se às perdas esperadas e/ou inesperadas do Conglomerado, em virtude da possibilidade de ocorrência de falhas ou inadequações em seus sistemas, práticas e medidas de controle serem incapazes de resistir a erros humanos, a deficiência da infraestrutura de apoio, a falhas de modelagem, de serviços ou de produtos, e às mudanças no ambiente externo.

O envio dos eventos e perdas materializadas por riscos operacionais é efetuado por meio de arquivo específico ou do formulário padrão e enviado, pelos gestores, a Gerência de RO, que analisa e valida às informações encaminhadas, as causas dos eventos e os respectivos planos de ação, para mitigar futuros eventos de mesma natureza, e registra-as em uma base de dados. A constituição da Base de Dados Histórica de Perdas por Riscos Operacionais (BDHPRO), iniciada neste semestre, permitirá realizar o processo de acompanhamento e evolução das perdas e suas

causas efetivas, emitir e divulgar relatórios com informações gerenciais, controlar e monitorar as ações de melhorias nos processos e nos controles internos, responsáveis por mitigar os riscos operacionais, e constituir os dados históricos que serão utilizados para criação dos modelos internos de riscos operacionais.

A metodologia de Gerenciamento e Controle dos Riscos Operacionais foi desenvolvida e elaborada para atender todos os principais aspectos destacados no Acordo de Basiléia, nos normativos publicados pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários, pela Superintendência de Seguros Privados e pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), que considera as necessidades de identificar, avaliar, gerenciar, controlar e monitorar os riscos operacionais, aos quais o Conglomerado está exposto.

O gerenciamento e o controle dos Riscos Operacionais e dos Controles Internos estão baseados em dois enfoques:

- Qualitativo: atividade de responsabilidade da Gerência de Controles Internos, consiste principalmente de atividades de descrição dos processos e identificação e avaliação qualitativa dos riscos operacionais e controles internos existentes.

Esse mapeamento de riscos e controles internos está sendo realizado aplicando as definições e práticas de mercado, por meio das seguintes ações:

- Análise dos normativos e MPP – Manuais de Processos e Procedimentos;
- Entrevista com os responsáveis dos processos ou representantes para levantamento, validação e reconhecimento do fluxo do processo;
- Registro descritivo dos processos;
- Identificação, Análise, Classificação e Avaliação dos Riscos e Controles Internos existentes, em conjunto com o gestor/representante; e
- Elaboração da Matriz de Riscos e Controles, onde se refletem os riscos residuais, assim como sua avaliação qualitativa e quantitativa. Caso os riscos residuais quantificados excedam o limite de riscos, devem ser implementados planos de ação para reduzir a exposição.

A matriz de Riscos e Controles será complementada e certificada com as perdas por riscos operacionais, capturadas e inseridas na Base de Dados Histórica de Perdas por Riscos Operacionais (BDHPRO), para uma melhor identificação e mitigação dos riscos operacionais considerados acima do apetite de riscos para o Conglomerado.

- Quantitativo: atividade de responsabilidade da Gerência de Riscos Operacionais, refere-se ao desenvolvimento, implementação e manutenção de processos para a criação de uma base de perdas por riscos operacionais. A criação de uma Base de Dados Histórica de Perdas por Riscos Operacionais tem o objetivo de registrar as informações relativas às perdas, com a finalidade de prover o Conglomerado de informações consistentes, padronizadas e atualizadas, além de ser extremamente importante para desenvolver uma análise quantitativa da mensuração dos Riscos Operacionais permitindo uma avaliação quanto ao impacto e a probabilidade de ocorrência. O armazenamento das informações sobre perdas operacionais deverá ter no mínimo três anos, para que, a partir do histórico de dois anos, possibilite a formação e o tratamento da base de perdas e proporcione o início dos trabalhos para criação de modelos internos de riscos operacionais.

O Conglomerado classifica seus riscos operacionais nas seguintes categorias e tipos de eventos de riscos:

- **Fraude interna:** perdas decorrentes de ação de má-fé praticada por funcionário, por meio de adulteração, falsificação ou abuso de confiança, com a finalidade deliberada e consciente de se apropriar ilegitimamente de valores pertencentes ao ou sob responsabilidade do Banco.
- **Fraude externa:** perdas decorrentes de ação de má-fé praticada por terceiros, por meio de adulteração, falsificação ou abuso de confiança, com a finalidade deliberada e consciente de se apropriar de valores pertencentes ao ou sob responsabilidade do Banco..
- **Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho:** perdas decorrentes de atos inconsistentes com contratos ou leis trabalhistas, ou prejudiciais a saúde ou segurança do funcionário, ou relacionados à diversidade ou eventos discriminatórios.
- **Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços:** perdas decorrentes da violação de acordos contratuais e leis, ou qualquer falha no cumprimento de obrigação profissional no relacionamento com os clientes.
- **Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição:** perdas decorrentes de danos a ativos físicos ocasionados por desastres naturais, mau uso ou outros acontecimentos.
- **Interrupção das atividades da instituição:** perdas decorrentes de incidentes ou desastres que provoquem ruptura nas atividades e comprometam a continuidade dos negócios da instituição.
- **Falhas em sistemas de tecnologia da informação:** perdas decorrentes de falhas no processamento das informações (dados), no desenvolvimento ou na implantação de aplicativos, na rede de telecomunicações ou ainda, problemas decorrentes de hardware ou software corporativos.
- **Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição:** perdas decorrentes de deficiências na administração, execução e entrega de processos ou processamento de transação, bem como aquelas oriundas do relacionamento com fornecedores e *stakeholders*.

4. Gestão do Capital

A gestão de capital visa assegurar o atendimento às exigências legais e garantir com que a estrutura de capital se mantenha compatível com o perfil de atuação do Pan, os riscos advindos de suas posições e sua visão de futuro.

O Banco deve possuir capital suficiente para suportar o risco incorrido em suas posições. A mensuração de capital, efetuada a partir das metodologias padronizadas, atende aos requisitos previstos nas Resoluções CMN 3.490/07, 3.444/07, 3.532/08 e 3.655/08.

O Patrimônio de Referência é composto de dois níveis:

Nível I - inclui o capital dos acionistas (detentores de ações ordinárias e preferenciais), Reservas (capital e lucros), lucros acumulados, Recursos de Acionistas, adequações referentes ao preço de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários classificados como “Disponíveis para Venda”, ágios pagos em investimentos, ativos intangíveis, e ajustes exigidos pelas entidades regulatórias (Excesso de Crédito Tributário);

Nível II - inclui classificação de passivos subordinados, provisões para *impairments* coletivos e o elemento de reserva de valor justo relacionado aos ganhos não realizados em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda.

4.1 Patrimônio de Referência

R\$ Milhares

Conglomerado Financeiro			
	dez/12	mar/13	jun/13
Patrimônio de Referência (PR_LB)	2.353.112	2.387.533	2.676.628
Patrimônio de Referência - PR	2.372.888	2.413.892	2.676.628
NÍVEL I	1.582.342	1.610.602	1.785.309
(+) Patrimônio Líquido	2.804.703	2.803.341	2.783.948
(+) Contas Credoras	-	1.709.840	-
(-) Contas Devedoras	-	(1.691.098)	-
(+) Recursos de Acionistas	-	-	-
(-) Ativo Permanente Diferido	(55)	(51)	(47)
(-) Marcação a Mercado (TVM)	624	2.011	1.336
(-) Excesso Crédito Tributário	(1.222.931)	(1.213.441)	(999.927)
NÍVEL II	790.547	803.290	891.319
(+) Instrum. Dívida Subordinada	1.194.629	1.151.214	1.204.407
(-) Excesso de Instr. Dívida Subord.	(403.458)	(345.913)	(311.752)
(+) Marcação a Mercado (TVM)	(624)	(2.011)	(1.336)

Obs: referente ao CADOC 4040

R\$ Milhares

Consolidado Econômico Financeiro			
	dez/12	mar/13	jun/13
Patrimônio de Referência (PR_LB)	1.904.322	1.943.398	2.214.541
Patrimônio de Referência - PR	1.904.322	1.943.398	2.214.541
NÍVEL I	1.270.014	1.296.948	1.477.264
(+) Patrimônio Líquido	2.833.782	2.551.389	2.552.057
(+) Contas Credoras	3.055.367	1.850.761	4.000.071
(-) Contas Devedoras	(3.337.035)	(1.835.464)	(4.019.159)
(+) Recursos de Acionistas	-	-	-
(-) Ativo Permanente Diferido	(3.994)	(3.802)	(2.284)
(-) Marcação a Mercado (TVM)	698	2.023	1.355
(-) Excesso Crédito Tributário	(1.276.677)	(1.267.959)	(1.054.776)
(-) Dividendos e Bonificações a Distribuir	(2.128)	-	-
NÍVEL II	634.309	646.451	737.277
(+) Instrum. Dívida Subordinada	1.194.629	1.151.214	1.204.407
(-) Excesso de Instr. Dívida Subord.	(559.622)	(502.740)	(465.775)
(+) Marcação a Mercado (TVM)	(698)	(2.023)	(1.355)

Obs: referente ao CADOC 4050

4.2 Dívidas subordinadas por prazo de vencimento

A Dívida Subordinada elegível como Capital Nível II é limitada a 50% do valor do PR Nível I, sendo o volume que extrapola este limite classificado como excesso de instrumentos de dívida subordinada.

US\$ Milhares

Instrumentos Financeiros - PR	Vencimento	Taxa de Juros (% a.a. - 360)	Periodicidade Juros (Meses)	Notional
Dívida Subordinada - Emissão Externa	23/04/2020	8,50	6	500.000

R\$ Milhares

Instrumentos Financeiros - PR	Vencimento	Taxa de Juros (CDI + % a.a.)	Periodicidade Juros (Meses)	Valor da Emissão
Letras Financeiras Subordinadas	22/05/2018	1,35	-	10.000

4.3 Patrimônio de Referência Exigido (PRE)

A composição do Patrimônio de Referência Exigido é apresentada nos quadros a seguir:

R\$ Milhares

Conglomerado Financeiro	dez/12	mar/13	jun/13
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	1.832.163	1.835.581	1.901.274
Risco de Crédito - PEPR	1.555.119	1.570.863	1.662.941
Risco de Mercado	71.783	50.207	23.823
PCAM (Câmbio)	19.065	-	-
PJUR1 (Prefixado)	48.660	50.207	17.681
PJUR3 (Índice Preços)	4.058	-	6.143
PACS (Ações)	-	-	-
Risco Operacional - POPR	205.260	214.510	214.510
T -3	196.043	124.097	124.097
T -2	148.916	286.106	286.106
T -1	270.822	233.327	233.327
Aconef	-	-	-
Banking Book/Risco de Mercado - RBAN	26.851	6.123	70.112

Obs: referente ao CADOC 4040

R\$ Milhares

Consolidado Econômico Financeiro	dez/12	mar/13	jun/13
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	1.792.860	1.816.744	1.918.624
Risco de Crédito - PEPR	1.507.147	1.508.441	1.617.575
Risco de Mercado	75.610	87.174	79.920
PCAM (Câmbio)	-	-	-
PJUR1 (Prefixado)	48.628	50.119	17.167
PJUR3 (Índice Preços)	20.282	27.816	53.609
PJUR4 (Cupom Taxas)	3.142	5.651	5.477
PACS (Ações)	3.558	3.589	3.667
Risco Operacional - POPR	210.104	221.129	221.129
T -3	196.043	124.097	124.097
T -2	148.916	286.106	286.106
T -1	270.822	233.327	233.327
Aconef	4.843	6.619	6.619
Banking Book/Risco de Mercado - RBAN	27.063	8.188	77.023

Obs: referente ao CADOC 4050

4.4 Índice de Basileia e Margem

Segue abaixo a composição do Índice de Basileia e da Margem do Banco Pan:

R\$ Milhares

Basileia - Conglomerado Financeiro			
	dez/12	mar/13	jun/13
Índice da Basileia (%)	14,13%	14,31%	15,49%
F	0,11	0,11	0,11
PR_LB	2.353.112	2.387.533	2.676.628
PR	2.372.888	2.413.892	2.676.628
PEPR	1.555.119	1.570.863	1.662.941
Risco Merc.	71.783	50.207	23.823
POPR	205.260	214.510	214.510
MARGEM	494.098	545.830	705.241

Obs: referente ao CADOC 4040

R\$ Milhares

Basileia - Consolidado Econômico Financeiro			
	dez/12	mar/13	jun/13
Índice da Basileia (%)	11,68%	11,77%	12,70%
F	0,11	0,11	0,11
PR_LB	1.904.322	1.943.398	2.214.541
PR	1.904.322	1.943.398	2.214.541
PEPR	1.507.147	1.508.441	1.617.575
Risco Merc.	75.610	87.174	79.920
POPR	210.104	221.129	221.129
MARGEM	84.399	118.467	218.894

Obs: referente ao CADOC 4050